

## **A EDUCAÇÃO EM MEIO ÀS RELAÇÕES DE PODER NA PROVÍNCIA DO PARANÁ: O PAPEL INTERMEDIÁRIO EXERCIDO PELOS INSPETORES DE ENSINO ENTRE 1854 A 1871.**

*Denize Naiara Santi  
André Paulo Castanha*

### **Resumo**

A construção desse artigo partiu da necessidade de compreender como a educação se constituiu em meio às relações de poder no período imperial. Para tanto definimos como recorte temporal o período compreendido entre o ano 1854 a 1871, e para demonstrar isso organizamos o texto em três tópicos. No primeiro tópico procuramos demonstrar como se organizava a província do Paraná, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos, etc. No segundo evidenciamos a importância do papel dos inspetores, considerando o tempo que permaneciam no cargo e as funções que exerciam. Por fim procuramos esclarecer a relação entre os partidos políticos e as relações de poder existentes entre inspetores, presidentes e vice-presidentes. Para tanto nos utilizamos de documentos, leis, e escritos de autores que tratam sobre o tema. Isso permitiu perceber uma ênfase dada aos inspetores de ensino, principalmente porque ocupavam posição de destaque, permanecendo no cargo em mandatos de presidentes de partidos diferentes. Isso ocorreu pelas medidas que tomavam, e porque a educação não se constituía na época como um campo de disputa política, ou seja, as ideias sobre a educação convergiam no mesmo sentido.

**Palavras-chave:** Educação Imperial; Relações de poder; Inspectores de ensino, Província do Paraná.

### **Introdução**

Não é minha intenção desenrolar ante os vossos olhos o imenso catalogo dos beneficios que a instrução derrama em todos os países, cujos governos a tomam sob sua guarda. Divergem muito as opiniões acerca das condições e modo porque ela deve ser ministrada, mas concordam todos na sua necessidade absoluta e indeclinável. “Esclarecei os homens, diz Tocqville, porque eu sinto aproximar-se o tempo em que a liberdade, a paz pública, e a ordem social não poderão passar sem luz” (PARANÁ, 1867, p.24).

Através deste trecho do relatório do presidente Bularmaque de 1867, percebe-se a importância dada à educação do povo, com a intenção de civilizar os cidadãos para que se tornassem ordeiros e respeitassem as leis. Para entender melhor como se construía essa educação, ressaltamos a necessidade de compreender a rede de relações de poder existente dentro dela, principalmente o papel dos sujeitos participantes da construção da educação

no período imperial. Para tanto, buscamos considerações referentes às relações de poder existentes, entre presidentes, vice-presidentes e inspetores de ensino, que influenciavam o desenvolvimento da educação, e da sociedade como um todo.

Como enfatiza Borges

Para fazer funcionar o projeto civilizatório via ordem escolar era necessário acionar uma rede de relações, envolvendo indivíduos que poderiam ser representantes do governo, agentes de inspeção, professores, figuras da sociedade como bacharéis, médicos, militares, eclesiásticos, família dos alunos, entre outros, bem como acionar instituições como a ordem médica e a religiosa (2008, p.128).

Neste conjunto de relações ressaltamos o papel atribuído aos inspetores de ensino que se constituiu como intermediário entre o governo e os professores. Assim ao evidenciar as relações de poder buscamos compreender como se deram as mudanças na educação e porque o papel destes inspetores de ensino foi tão importante no período imperial.

O recorte definido para estudo vai de 1854-1871. Considerando que o Paraná foi à última Província, “a se constituir como unidade política e administrativa autônoma no Império”, a independência da província foi marcada por uma extensa luta política, sobretudo porque São Paulo não queria perder o território significativo que correspondia 5ª Comarca Paulista, grande produtora de gado e da erva-mate. (CASTANHA, 2007, p.309). A separação entre a Província do Paraná e a de São Paulo, somente ocorreu pela lei nº 704, de 19 de dezembro de 1853. Por esse motivo, o ano de 1854 é então um marco, pois foi o primeiro ano de independência da província do Paraná. Já a delimitação do ano de 1871, se deu pelo fato que naquele ano houve uma nova reforma na instrução pública, introduzindo alterações significativas no processo educacional.

Para compreender como se davam as relações de poder no período, utilizamos documentos, relatórios, leis, e escritos de estudiosos sobre o tema, ao analisar esses escritos percebemos uma ênfase nos inspetores de ensino, pois eles representavam um papel intermediário entre o governo, professores e escolas. Por esse motivo, os inspetores foram relevantes na construção da educação.

O texto está organizado em três tópicos que apresentam discussões a respeito das relações de poder existentes entre presidentes, vice-presidentes e inspetores de ensino. Na primeira parte definida como *Breve contextualização sobre os aspectos políticos e econômicos da Província do Paraná entre 1854-1871*, procuramos demonstrar como se

organizava a província do Paraná, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos, dentre outros, utilizando como base os relatórios de presidentes e vice-presidentes, que evidenciam os aspectos mencionados. Na segunda: *Relações de poder: o papel intermediário dos inspetores de ensino* buscamos evidenciar a importância do papel dos inspetores, considerando principalmente o tempo em que permaneciam no cargo e as funções que exerciam. E por fim em *Rede de relações de poder dentro do campo político*, procuramos perceber as relações entre os partidos políticos e os poderes existentes entre inspetores de ensino, presidentes e vice-presidentes, considerando que no período houve uma rotatividade muito grande no cargo de presidente de Província.

### **Breve Contextualização Sobre os Aspectos Políticos e Econômicos da Província do Paraná entre 1854-1871.**

Como indicado anteriormente, a contextualização teve como suporte os documentos da época. Uma fonte que traz dados relevantes é o relatório de 15 de julho de 1854, do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, no qual expôs, os diversos produtos que o agricultor poderia produzir nas terras férteis da província, dentre eles “o milho, o arroz, a batata, a cana de açúcar, o chá, o café, o fumo, o algodão etc.”. Vasconcelos enfatizou que alguns produtos eram produzidos somente para o consumo próprio, mas fez considerações a respeito do comércio do mate, produto considerado a base da economia da província, destacando que a erva da província era “preferida nas campanhas argentinas, assim como a do Paraguai”, todavia salientou que estava “cotada em muito baixo preço”, mas não em razão “da inferioridade de sua qualidade, senão de outras causas”. Entre as causas apresentadas estavam a “falta absoluta de método mercantil”, o “grande número de agentes no Rio Prata, a quem os especuladores da província conseguiram as suas ervas” e a “falsificação, que ela sofre” (PARANÁ, 1854, p.65-69).

Em 23 de setembro 1856, o então presidente Vicente Pires da Motta, ressaltou em seu relatório que “a tranquilidade e segurança pública não tem sido alterada em parte alguma da província” e isso se dava graças à “índole pacífica e dócil de seus habitantes faz nascer a esperança de que não será perturbada”. Quanto à segurança individual destacou, que “o estado da província se não é, a esse respeito, tão satisfatório como fora para se desejar-se, não é, entretanto inquietador” principalmente considerando que o território da província era vasto e eram poucos “os distritos de jurisdição das diversas autoridades policiais e judiciárias” para cobrir tão vasto território, enfatizando que era “minguado os

meios de educação moral e religiosa” que influenciavam na índole do povo (PARANÁ, 1856, p.3).

O presidente Francisco Liberato de Mattos, em janeiro 1859 destacou que “a fertilidade dos terrenos da província, que tão profusamente recompensam os trabalhos agrícolas, o alto preço a que tem chegado estes produtos, ainda não puderam distrair a população do predileto trafico do mate”. Outro fator destacado por ele para o pouco progresso da agricultura na província era a falta de “braços, que a ela se dediquem” e assim continuava “em geral, sem desenvolvimento”. Tal realidade impactava na indústria, que segundo ele não poderia “deixar de estar na infância, quando sem progresso se acha a agricultura, cujos produtos a alimentam” (PARANÁ, 1859, p.31-33). No ano seguinte, o presidente José Francisco Cardoso, retomou a questão sobre a índole dócil e moderada dos Paranaenses, enfatizando que fato algum havia perturbado da tranquilidade pública (PARANÁ, 1860, p.1-3).

O presidente José Feliciano Horta de Araújo, no relatório de 15 de fevereiro de 1868, tratou das obras públicas, enfatizando em relação à economia que “o mate continua a ser o ramo preponderante na indústria da província”, todavia, alertou que o mercado desse produto, não podia “suportar a concorrência da erva do Paraguai e de Missões, cuja qualidade superior a torna preferida pelos consumidores”. Diante disso defendeu que era “de suma conveniência imprimir maior desenvolvimento a cultura de outros artigos” que se adequavam ao “clima e os terrenos da província” (PARANÁ, 1868, p.43).

Santi e Castanha ao analisar aquele período destacaram:

Entre 1853 e 1857, o Brasil viveu um período de conciliação política, fato que acabou proporcionando certo desenvolvimento econômico e social. Todavia, a partir do final da década de 1850, os embates políticos entre liberais e conservadores, pela disputa do poder político desencadearam uma crise política. Para piorar a situação, em 1864 teve início à Guerra do Paraguai (2015, p.499).

A guerra do Paraguai persistiu por mais tempo do que o esperado, aprofundando ainda mais a crise econômica no Brasil, e no Paraná visto que a província paranaense fazia divisa com o Paraguai.

A partir dos relatos de época ficou evidente que o setor econômico da província girava em torno da produção da erva-mate, porém enfatizaram que a forma de produção não era adequada, e por esse motivo acabava perdendo mercado. Quanto ao campo político ficou claro que, apesar das adversidades entre os partidos, havia certa harmonia, que se expressava na aparente tranquilidade do povo paranaense. Todavia, a vastidão do território,

a poucas autoridades policiais, e também a falta de instrução do povo, eram as principais causas dos crimes existentes.

### **Relações de Poder: o Papel Intermediário dos Inspectores de Ensino na Província do Paraná.**

Inicialmente ressaltamos que “ao analisar os sujeitos que ocupavam os cargos de inspeção, observa-se que todos eram nomeados, indicando a existência de determinadas relações de interesse e de poder na definição desta posição” (BORGES, 2008, p.125). Esses sujeitos eram nomeados principalmente pelo presidente ou vice-presidente da província, os quais por ocupar cargos de destaque influenciavam diretamente nas decisões que eram tomadas referentes à educação. Assim, naquele contexto os inspetores da instrução pública edificavam com suas ações

*a pedagogia da moralidade* produzindo, assim o consenso, tão necessário à conquista da hegemonia política. Respaldados pela legislação educacional, os inspetores ocuparam uma posição intermediária na estrutura administrativa do Império e, nela, destacaram-se como criadores, conciliadores e difusores de uma determinada concepção de mundo (CASTANHA, 2007, p.502).

Inicialmente a inspeção de ensino na Província do Paraná “era exercida por uma comissão composta de três membros: um nomeado pelo governo da província; dois, pelas Câmaras Municipais, segundo a Lei nº 34 de 1846”. Após a emancipação da Província pela lei nº 17 de 14 de setembro de 1854, houve uma mudança na estrutura da inspeção, pois a lei alterou principalmente as comissões de inspeção de ensino, que deixavam de existir, e criou o cargo de Inspetor Geral e de inspetores de distrito (OLIVEIRA, 1986, p.122).

As alterações foram mais significativas a partir de 1857, quando foi sancionado o regulamento de inspeção da instrução na província, o qual modificou a Lei nº 34, de 1846 e a Lei nº17, de 1854<sup>1</sup>. O regulamento dispôs que o “Inspetor-Geral é o chefe da repartição do ensino público na Província e o intermediário de toda a correspondência com o Governo, por quem é nomeado”, também atribuiu a inspeção do ensino aos inspetores de distrito, subinspetores e conselho literário, dentre outras considerações que regulamentaram todos os âmbitos da inspeção do ensino (MIGUEL, 2000, p.36).

---

<sup>1</sup>O Regulamento de inspeção da instrução pública da Província do Paraná alterou e conformou as disposições da Lei nº 34, de 16 de março de 1846 com a lei nº 21, de 02 março de 1857. Conforme estabelecido no Art. 1º - A inspeção e Governo da instrução em toda Província compete: 1º Ao presidente da mesma. 2º A um inspetor Geral da instrução pública. 3º Aos inspetores dos distritos. 4º Aos conselhos literários. 5º Aos subinspetores (MIGUEL, 2000, p.35-43).

O quadro a seguir apresenta as principais funções atribuídas a cada cargo a partir do regulamento de 24 de abril de 1857.

**Quadro 1– Atribuições referentes aos cargos responsáveis pela inspeção da instrução na Província do Paraná, segundo o regulamento de 24 de abril de 1857.**

<b>Cargos</b>	<b>Atribuições</b>
<i>Inspetor Geral</i>	<p>Art. 3º - O Inspetor Geral é o chefe da repartição do ensino público na Província é o intermediário de toda a correspondência com o governo, por quem é nomeado e compete-lhe.</p> <p>1º. Inspeccionar, instruir e dirigir a todos os empregados da instrução pública, assim como aos estabelecimentos particulares e públicos.</p> <p>2º. Prestas ao presidente da Província todas as informações que lhe forem exigidas.</p> <p>3º. Manter a disciplina das escolas e fazer observar nelas as leis, regulamentos, ordens da Presidência, e as suas instruções sobre o ensino.</p> <p>[...] 12º. Visitar as escolas da Província, por si, ou por pessoa de reconhecida ilustração a quem delegar.</p> <p>[...] 20º. Apresentar ao Presidente da Província, até o último dia de dezembro, um relatório sobre o estado da instrução pública e particular de ensino, indicando as formas e melhoramentos que julgar convenientes.</p>
<i>Inspetores de Distrito</i>	<p>Art. 8º - Os inspetores de distritos serão escolhidos entre as pessoas que possuírem graus acadêmicos, ou que estejam de reconhecida ilustração; haverá um em cada comarca.</p> <p>Art. 10º - Aos inspetores de distrito na inspeção das escolas, aulas e estabelecimentos de sua jurisdição compete:</p> <p>1º. Exigir dos sub-inspetores informação circunstanciada do número de escolas existentes no seu distrito.</p> <p>3º Exigir dos professores por intermédio dos sub-inspetores os mapas trimensais.</p> <p>[...] 6º Visitar as escolas e estabelecimentos públicos particulares de instrução, ao menos duas vezes por ano.</p> <p>[...]m17º Apresentar ao inspetor geral, até o dia 8 de dezembro, um relatório, sobre o estado da instrução pública do seu distrito, indicando as formas e melhoramentos que julgar convenientes e a juntando.</p>
<i>Conselhos Literários</i>	<p>Art. 12 – Em cada distrito da Província haverá uma corporação com o título de conselho literário de distrito, á qual pertence o exame sobre o estado da instrução primária e secundária do respectivo distrito, plano geral de estudos e particular de cada escola, regime, livros, economia e habilitação do pessoal, para prestar informação e conselho ao inspetor geral e inspetor do distrito.</p> <p>Art. 13 – Este conselho será composto dos vigários, dos presidentes das câmaras ou de delegados seus, dos subinspetores, que se reunirão sob a presidência do inspetor do distrito, em sessão ordinária anual.</p>
<i>Subinspetor</i>	<p>Art. 20 – Em todos os lugares, onde houver escola e que não for o domicílio do inspetor do distrito, haverá um sub-inspetor, ao qual compete:</p> <p>1º. Inspeccionar as escolas públicas e particulares de instrução primária do lugar em que residir , fazendo ao menos uma visita por trimestre , e observar se nela é guardada a ordem, disciplina e economia preceituada nos regulamentos, lavrando nota da visita no livro competente.</p>

Pelas atribuições fica evidente a ênfase em fiscalizar todas as escolas de forma efetiva, para que o processo civilizatório tivesse continuidade, e as escolas ensinassem de

fato o que o governo queria. As atribuições de cada cargo eram parecidas, porém o único cargo remunerado era o de inspetor geral, o qual tinha um peso maior de decisão. Evidencia-se então a proeminência que era dada ao Inspetor Geral, que segundo o Regulamento, cabia inspecionar todos os empregados da instrução pública, e os estabelecimentos públicos e particulares das escolas. Os relatórios sobre as condições em que se encontrava a instrução eram entregues ao presidente ou vice-presidente. Nesses relatórios também se apresentavam algumas sugestões de melhoramentos e mudanças para instrução. Segundo Barbosa

Os inspetores desenvolviam estratégias que ajudavam a consolidar o modelo de instrução pensado por si próprio, pelos seus pares e pelos governantes. Os inspetores gerais não só planejavam como eram autores e protagonistas importantes na teia de ações para a inspeção (2012, p.33).

Desta forma, evidencia-se a importância da ação do Inspetor Geral nas modificações ocorridas em relação à educação no período. A construção dos relatórios que os inspetores enviavam para os presidentes ou vice-presidentes tinham por base os relatórios de inspetores de distrito, subinspetores e professores. Esses relatórios apresentavam considerações sobre como se encontrava o ensino, e também sugestões de melhoramento da instrução. Tais sugestões eram analisadas pelos presidentes e muitas vezes transformavam-se em leis, decretos, regulamentos, instruções que iam modificando a educação.

Um fato interessante destacado por Borges em relação aos relatórios é que não deixavam de

(...) registrar o ofício e a formação dos agentes de inspeção. Desta forma, o nome do indivíduo vem acompanhado pela sua insígnia. [...] Tal procedimento parece indicar uma tentativa de legitimar o indivíduo que ocupa um cargo de inspeção, de lhe atribuir certa autoridade. (2008, p.127).

Esse procedimento também é perceptível juntamente com os nomes dos presidentes e vice-presidentes.

Outro fator relevante que deixa visível as relações de poder do período relaciona-se a grande rotatividade de homens no cargo de presidente da província, durante um curto período de tempo e a relação que os inspetores tinham com esses presidentes, pois permaneciam durante mandatos diferentes. Como destaca Castanha

Em meio à intensa circularidade no cargo de ministros e presidentes de províncias, muitos inspetores tiveram mandatos estáveis, e por um longo período. [...] Sobre o trabalho daqueles homens uma conclusão fica óbvia: eles foram os principais responsáveis pela organização da instrução no Império (2007, p.502).

Neste sentido ressalta-se ainda mais o importante papel exercido pelos inspetores gerais, dando ênfase ao seguinte questionamento: Como eles se mantinham no cargo mesmo após a troca de presidentes? Um fator que auxilia na compreensão deste questionamento, refere-se justamente ao papel que eles representavam, e as medidas que muitos tomavam em relação à educação.

Ao consideramos o Regulamento de 24 de abril de 1857, percebemos que os inspetores eram fundamentais para o Governo, pois a intervenção deles nas escolas “contribuía para formação de sujeitos disciplinados, higienizados, religiosos, moralmente idôneos, submissos à lei e ao governo” (BORGES, 2008, p.221), fato este extremamente relevante para construção da província, assim os inspetores que se destacavam por suas medidas acabavam permanecendo por mandatos de presidentes diferentes.

Um dos inspetores gerais que ganhou destaque por permanecer por um período considerado longo foi o inspetor Joaquim Ignacio Silveira da Mota, assumindo o posto de inspetor geral em 21 de maio 1856 permanecendo no cargo até 5 de maio de 1860, passando a província neste período por três mandatos de presidentes diferentes. O relatório destes presidentes e vices destacam a relevância deste inspetor.

O vice-presidente Carvalhaes em seu relatório, de 7 de janeiro de 1857, referenciou o relatório expedido pelo inspetor, discorrendo que “quando uma repartição se acha dirigida por um chefe da qualidade e do merecimento do atual inspetor geral da instrução pública entendo que se lhe deve, por distinção, ceder o lugar, deixando-o expor por si mesmo o estado dos negócios que por ela correm” (1857, p.38). No mesmo relatório o vice-presidente destacou que apesar da “leitura rápida, que apenas pude fazer, de tão belo trabalho” foi o “suficiente para que eu nele enxergasse mais uma prova de espírito enciclopédico”, que o distinguia nos variados ramos de conhecimentos, a que aplicava a sua vigorosa inteligência, e por isso recomendava “estudo, desse interessante relatório” (PARANÁ, 1857, p.66-67). O relatório<sup>2</sup> elogiado por Carvalhaes se tornou importante para

---

<sup>2</sup>Carvalhaes se referiu ao Relatório do inspetor geral Joaquim Ignacio Silveira da Mota apresentado Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.

a educação do período, pois apresentou diversos apontamentos, os quais foram referência para leis criadas no mesmo ano<sup>3</sup>, e outras subsequentes.

Já em 7 de janeiro de 1858, o então presidente Francisco Liberato de Mattos, faz referência ao inspetor expondo que

O digno inspetor geral da instrução pública não necessita de uma palavra minha em abono de sua ilustração e do desvelo e interesse com que se tem dedicado à reforma do ensino; vós o conheceis e reconheceis seus valiosíssimos serviços em objeto de tanta transcendência, e ao qual tão estreitamente se prende o futuro da província (PARANÁ, 1858, p.31)

Vários anos após deixar a inspetoria do ensino, a atuação do inspetor foi relembrada pelo presidente Lisboa:

As considerações que me inspirou o estado da instrução pública na província não posso deixar de assinalar os importantes serviços que lhe prestou o seu primeiro inspetor geral Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Mota. Os seus relatórios revelam profundos conhecimentos e são ao mesmo tempo irrecusável testemunho do quanto pugnou para realizar benefícios importantes, alias geralmente proclamados. Depois que ele deixou a inspetoria tudo se conspirou contra sua obra e hoje só nos restam seus eloquentes roteiros (PARANÁ, 1871, p.3).

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que o inspetor Joaquim Ignacio Silveira da Mota, se destacou e provavelmente tenha permanecido no cargo em mandatos de presidentes diferentes, por sua atuação, e pelas medidas que tomava em relação à instrução pública. Fica evidente que este era um dos motivos para que os inspetores gerais fossem considerados importantes, e permanecessem no cargo por períodos considerados longos, se relacionados ao cargo de presidente e vice-presidente, que mudavam frequentemente.

### **Rede de relações de poder dentro do campo político.**

Outro fator que merece destaque, e que influenciava nas relações de poder do período diz respeito ao partido ao qual os inspetores, presidentes e vices eram filiados. Dentre os inspetores percebesse uma equidade quanto aos partidos, porém se compararmos

---

<sup>3</sup>Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário, de 8 de abril de 1857. E o Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná, de 24 de abril de 1857, são alguns exemplos. (MIGUEL, 2000, p.20-47).

o tempo que cada inspetor exerceu o cargo evidencia-se que o partido conservador permaneceu por mais tempo. O quadro a seguir demonstra esta afirmação.

**Quadro 2– Relação dos inspetores de ensino da província do Paraná no período de 1854 a 1871<sup>4</sup>.**

<b>Inspetores de ensino</b>			
<b>Nome</b>	<b>Período em que exerceram a função</b>	<b>Partido</b>	<b>Formação</b>
Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	1854 a 1855	Liberal	Advogado
Joaquim Ignacio Silveira da Mota	1856 a 1860	Conservador	Médico
José Lourenço de Sá Ribas	1862 a 1864	Liberal	Advogado
Sergio Francisco de Sousa Castro	1865 a 1866	Liberal	Advogado
Ernesto Francisco de Lima dos Santos	1866 a 1870	Conservador	Advogado
Bento Fernandes de Barros	1871	Conservador	Advogado

Fonte: ALVES, 2014. Dados organizados pelos autores.

Importante é ressaltar também qual partido eram filiados os presidentes e vice-presidentes que passaram pela província, para analisar a relação que existia entre eles e os inspetores de ensino quanto ao partido, e se isso realmente influenciava no tempo em que os inspetores permaneciam no cargo, e na relevância que estes sujeitos apresentavam. O quadro a seguir apresenta a filiação partidária de alguns presidentes e vice-presidentes que governaram no período de 1854 ate 1871.

**Quadro 3– Filiação Partidária de alguns Presidentes e vice-presidentes da Província do Paraná entre 1854 a 1871.**

<b>Nome</b>	<b>Condição</b>	<b>Período de governo</b>	<b>Partido</b>
Zacarias de Gôes e Vasconcelos	Presidente	19.12.1853 a 03.05.1855	Conservador
Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan	Vice-Presidente	27.07.1855 a 01.03.1856	Liberal
Vicente Pires Da Mota	Presidente	01.03.1856 a 26.09.1856	Conservador
Francisco Liberato de Matos	Presidente	11.11.1857 a 26.02.1859	Indefinido
Luiz Francisco da Camara Leal	Vice-Presidente	26.02.1859 a 02.05.1859	Indefinido
José Francisco Cardoso	Presidente	02.05.1859 a 16.03.1861	Liberal
Antonio Barbosa Gomes Nogueira	Presidente	16.03.1861 a 31.03.1863	Conservador
Manoel Antonio Ferreira	Vice-Presidente	31.03.1863 a	Liberal

<sup>4</sup>As informações utilizadas na construção deste quadro têm base nos estudos de ALVES, 2014, considerando principalmente a filiação do partido político de cada inspetor, assim como o quadro 3 dos presidentes e vice-presidentes da província do Paraná.

		05.06.1863		
José Joaquim do Carmo Júnior	Presidente	07.03.1864 18.06.1864	a	Liberal
André Augusto de Pádua Fleury	Presidente	18.06.1864 19.08.1864	a	Liberal
Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Presidente	19.08.1864 18.11.1864	a	Conservador
André Augusto de Pádua Fleury	Presidente	18.11.1864 04.06.1865	a	Liberal
Manoel Alves de Araújo	Vice-Presidente	05.06.1865 18.08.1865	a	Liberal
André Augusto de Pádua Fleury	Presidente	18.08.1865 23.03.1866	a	Liberal
Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Presidente	23.03.1866 15.11.1866	a	Conservador
Polidoro César Burlamaque	Presidente	15.11.1866 17.08.1867	a	Liberal
José Feliciano Horta de Araújo	Presidente	31.07.1867 05.05.1868 29.05.1868	a ou	Indefinido
Antonio Augusto da Fonseca	Presidente	14.09.1868 28.08.1869	a	Indefinido
Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Presidente	28.08.1869 26.11.1869	a	Conservador
Antonio Luis Afonso de Carvalho	Presidente	27.11.1869 20.04.1870	a	Indefinido
Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Presidente	03.05.1870 24.12.1870	a	Conservador

PARANÁ. Arquivo público. *Período Imperial - 1853 a 1889 - Presidentes da Província* Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>; Acesso em 19 de janeiro de 2016. Algumas informações também foram complementadas com o estudo de ALVES (2014).

Para explicitar melhor esta relação apresentamos um quadro construído por Castanha, que evidencia a mobilidade dos gabinetes ministeriais no período imperial, que tinha direta relação com o governo que era eleito nas províncias.

**Quadro 4- Mobilidade dos gabinetes ministeriais entre 1840 e 1889 por década e predominância política.**

Décadas	N. de Gabinetes	Predominância Política
1840-1850	10	Liberal
1850-1860	5	Conservador
1860-1870	8	Liberal
1870-1880	4	Conservador
1880-1889	9	Liberal
Total	36	

Fonte: CASTANHA, 2007, p.83.

Percebe-se através do quadro 4, e de algumas reflexões construídas por Castanha (2007, p.83-84), uma grande mobilidade de gabinetes ministeriais, esta mobilidade

“representou, na prática a instabilidade na administração das províncias. Os presidentes e vices estavam submetidos diretamente ao Ministério dos Negócios do Império”, e como os presidentes e vices eram representantes diretos do governo central na província, também houve uma intensa circulação no cargo.

Outro fator destacado por Castanha (2007, p.83-84) em relação à dinâmica do poder no período imperial foi “a fragilidade do grupo liberal ao assumir o poder”. Segundo o autor, nos “períodos de predominância dos liberais houve constantes quedas de ministérios, uma maior mobilidade no cargo de Ministro dos Negócios do Império e na presidência das províncias”. Segundo o mesmo autor ao se reportar ao partido conservador ficou evidente que era “mais coeso que o liberal à frente do poder” e mesmo que a instrução pública tenha merecido destaque no discurso liberal, “foram os conservadores, que conseguiram implementar algumas medidas concretas, que resultaram em avanços na organização da instrução pública” (2007, p.508).

Considerando os dados obtidos constatamos uma maior estabilidade no cargo de inspetores do partido conservador, que permaneceram por um período superior aos inspetores do partido liberal, ao observarmos o quadro 3, percebemos que os presidentes da província eram de maioria liberal, porém considerando a estabilidade, o partido conservador permaneceu por mais tempo no governo. Demonstramos através do quadro 5 à estabilidade do partido conservador ao assumir o poder.

**Quadro 5– Tempo em que cada partido permaneceu no cargo de presidente e vice-presidente da província do Paraná<sup>5</sup>.**

<b>Partido</b>	<b>Número de governantes</b>	<b>Período em meses</b>	<b>Período em anos</b>
Conservador	7	68 meses	5 anos e 6 meses
Liberais	9	65 meses	5 anos e 4 meses
Indefinido	5	56 meses	4 anos e 6 meses

Os autores.

Em virtude dos fatos mencionados levantamos os seguintes questionamentos: Como os inspetores gerais permaneciam em seus cargos, tendo como presidentes homens de outro partido político? Como introduziram alguma mudança significativa na educação? Para responder estas questões é preciso situar que o grupo liberal, lutava principalmente por um poder descentralizado, já o grupo conservador, por um poder centralizado. A

<sup>5</sup>Esse quadro tem por base o quadro 3. As informações sobre a filiação partidária de cada presidente e vice-presidente da província não estão completas, porém mesmo assim é possível ter um panorama geral da estabilidade do partido conservador ao assumir o poder. Esse fato também é ressaltado por Castanha (2007, p. 83), nas discussões a respeito dos gabinetes ministeriais.

educação estava no meio dos embates políticos que eram travados entre esses dois grupos, porém não era o objeto central da disputa. Segundo Castanha

Os liberais defendiam uma descentralização administrativa em vários setores, exceto na educação. Nos diversos momentos em que estiveram no poder, tanto na administração imperial, como nas províncias, os liberais defenderam e implementaram uma ação centralizadora em relação à instrução pública. Mesmo os liberais clássicos, como Tavares Bastos, Antonio de Almeida Oliveira, ao pensarem a organização da instrução pública não dispensavam um sistema de inspeção rigoroso e centralizado. A descentralização por eles defendida limitava-se à ação direta da província ou do município na organização da instrução pública. Portanto, pode-se afirmar que a centralização e hierarquização da instrução pública também foi obra dos liberais do Brasil imperial (2007, p.367).

Por esses motivos é possível entender porque em vários momentos os inspetores mesmo sendo do partido diferente dos presidentes permaneciam no cargo, indicando ações que eram consideradas pelos presidentes, e na maioria das vezes tornavam-se leis, regulamentos. Isso também ajuda a entender porque alguns inspetores permaneceram no cargo por períodos longos. Na época, a educação ainda não se constituía num campo de disputa pelo controle da sociedade. Como quase tudo estava para se construir as ideias referentes à educação convergiam no mesmo sentido.

### **Considerações finais**

Através das análises dos relatórios, leis, documentos do período, e também de escritos de autores que tratam sobre o tema, percebemos que os inspetores eram relevantes na construção e difusão da educação, pois atuavam como intermediários entre escolas, professores e o governo. Por esse motivo as considerações expostas no decorrer do texto apresentam dados, principalmente referentes a estes sujeitos que tinham voz ativa, e que participavam efetivamente da construção da educação, sendo essenciais para a compreensão de como se davam as relações de poder dentro deste ramo da sociedade do período.

A partir dos relatos dos presidentes e vice-presidentes da época, relacionado ao setor econômico da província percebemos a erva mate era a base da produção, todavia, essa produção não se encontrava em um estado “lisonjeiro”, devido a falsificação, a faltava de método mercantil do povo paranaense, e do tráfico que a erva sofria. Dai a ênfase na necessidade de melhorar a produção, e também de incentivar os agricultores a produzirem outras culturas. Quanto à sociedade, os destaques eram referentes ao campo político,

considerando que a luta entre os partidos alterava a tranquilidade da província, todavia, a índole pacífica do povo refletia no baixo número de crimes que ocorriam na Província. Conforme os relatos os conflitos eram consequência da vastidão do território e da falta de autoridades policiais suficientes para cobrir essa grande extensão, além da falta de instrução pública e religiosa que influenciava nos crimes que eventualmente aconteciam.

Tendo como base a documentação analisada, evidenciamos que os inspetores de ensino, eram nomeados pelo presidente ou vice-presidente da província, e que a função exercida por eles era importante, influenciando diretamente na organização da educação. Apesar da grande rotatividade no cargo de presidentes e vices os inspetores ocupavam posição de destaque, permanecendo no cargo por um tempo considerado longo se comparado ao dos presidentes, isso se dava por dois fatores. Primeiramente pelo papel que esses sujeitos exerciam, como se observou nos relatórios de alguns presidentes ao referirem-se aos inspetores de forma lisonjeira, elogiando-os pelas medidas tomadas. Outro fator relevante era a forma como atuavam, realizando transformações significativas na educação.

Destacamos também ao longo do artigo a ligação com partidos políticos. Pelos quadros construídos foi possível perceber que dentre os inspetores a estabilidade maior foi entre os filiados ao partido conservador, essa estabilidade também foi observada dentre os presidentes, porém mesmo assim alguns inspetores permaneciam no cargo em mandatos de presidentes do partido de oposição.

A partir de escritos de autores que tratam sobre o tema, e também de documentos do período percebemos que esta relação se dava pela intenção que cada um tinha referente à educação. Enquanto os liberais buscavam uma descentralização, centrada apenas no âmbito administrativo, em relação à educação tinham uma ação centralizadora, buscando efetivar uma fiscalização rigorosa do processo. Já os conservadores buscavam uma centralização em todos os âmbitos, dentre eles a educação. Isso evidenciava que não havia posições divergentes na forma de gerir a educação. Por esse motivo percebemos que as decisões, as sugestões, e o modo de trabalho dos inspetores, independentemente do partido ao qual pertenciam, eram semelhantes, possibilitando uma maior estabilidade no cargo de inspetor.

Evidenciamos que dentre os papéis desempenhados pelos presidentes, vice-presidentes e inspetores de ensino, apesar de todos exercerem funções relevantes dentro do processo educativo, os inspetores se destacaram pelas medidas e mudanças que realizaram dentro da estrutura educacional. Ficou evidente que as relações de poder exercidas na

época influenciavam todos os âmbitos da educação, e que muitas das mudanças somente ocorriam considerando o papel de mediação exercido pelos inspetores. Os inspetores eram nomeados pelos presidentes, e atuavam diretamente sobre os professores avaliando-os, atestando a eficiência ou não do trabalho docente. Foi dentro desta rede de relações de poder que a educação se constituiu no Brasil e na Província do Paraná na segunda metade do século XIX.

## Referências

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela do governo*. Curitiba – PR. Universidade Federal do Paraná, 2014.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. *Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)*. Curitiba – PR. Universidade Federal do Paraná, 2012.

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Rio de Janeiro – RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

PARANÁ. Arquivo público. *Período Imperial - 1853 a 1889 - Presidentes da Província* Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>; Acesso em 19 de janeiro de 2016.

CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (Org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná 1853-1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1855.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Vicente Pires da Motta, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de entregar a administração, em 23 de setembro de 1856*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856.

\_\_\_\_\_. do Paraná. *Relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de janeiro de 1857*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.

\_\_\_\_\_. *Relatório do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, apresentado Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1857*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1858.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1859*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1859.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente José Francisco Cardoso, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 1º de março de 1860*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1860.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente André Augusto de Padua Fleury, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1866*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1866

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Polidoro Cezar Bularmaque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1867*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1867.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente José Feliciano Horta de Araújo, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1868*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1868.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1871*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1871.

SANTI, Denize Naiara; CASTANHA, André Paulo, *Educação Primária na Província do Paraná entre 1854 a 1871: um breve percurso a partir das fontes da época*. In: V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas. Francisco Beltrão: UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: <http://www.unioeste.br/eventos/senieeseminario/anais/> p.496-507.